

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO**

**O IMPACTO DO DÉFICIT HABITACIONAL SOBRE A PROVISÃO DE  
UNIDADES HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.**

Aluno: Gabriel Grinsztejn Monteiro

Número de Matrícula: 1211944

Orientador: Hamilton Kai

Dezembro/2015

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO**

**O IMPACTO DO DÉFICIT HABITACIONAL SOBRE A PROVISÃO DE  
UNIDADES HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.**

Aluno: Gabriel Grinsztejn Monteiro

Número de Matrícula: 1211944

Orientador: Hamilton Kai

**“Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para  
realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo  
professor tutor”.**

Dezembro/2015

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor.  
**SUMÁRIO**

<b>I – Introdução.....</b>	
<b>I.1 - Visão Geral sobre o Programa Minha Casa Minha Vida .....</b>	
<b>I.2 – Motivação para o Trabalho.....</b>	
<b>II – Revisão de Literatura.....</b>	
<b>III- Base de Dados.....</b>	
<b>IV – Estratégia Empírica.....</b>	
<b>V – Resultados.....</b>	
V.1 Resultados Pretendidos.....	
V.2 Resultados Obtidos e Interpretação.....	
<b>VI – Conclusão.....</b>	
<b>VII – Referências Bibliográficas.....</b>	
<b>VIII – Fontes.....</b>	

## **1 Introdução**

## **1.1 Visões gerais do Programa Minha Casa Minha Vida.**

Criado em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida tem como objetivo promover acesso à moradia digna e incluir urbanização de assentamentos precários para pessoas com menor poder aquisitivo, seja na habitação urbana, ou na habitação rural, buscando oferecer condições atrativas de financiamento. O poder público oferece linha de crédito, através da Caixa Econômica Federal, destinada a construção de empreendimentos habitacionais. Algumas entidades sem fins lucrativos da sociedade civil também contribuem assumindo funções de ordenar e apoiar as famílias durante todas as etapas do processo.

Na época da criação do programa, a economia brasileira não vivia um bom momento e o programa serviu também como um canal de romper com o ciclo nocivo ao desenvolvimento. O MCMV aumentou os investimentos na produção de novas habitações e em sua segunda fase (MCMV2 em 2011 uniu - se ao PAC ampliando investimentos em infraestrutura nas cidades e urbanização de favelas. A terceira fase estabeleceu-se uma meta ambiciosa de entregar 3 milhões de UHs, totalizando 6,75 milhões de unidades nas três fases e totalizando um investimento de US\$ 182 bilhões.

O programa é dividido em algumas modalidades. A faixa I engloba famílias que residem em áreas urbanas com renda mensal de até R\$1600, estas recebem financiamento do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) que atende cidades com mais de 50 mil habitantes. Nas cidades menores o programa age por meio da Oferta Pública de Recursos (OPR). A faixa II e III, famílias com renda até R\$3275 e R\$5400. Respectivamente são assistidas por meio de subsídios e financiamentos do FGTS.

Além dessas modalidades, existe também o MCMV-Entidades que também atende famílias de renda até R\$1600 através do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Aqui as entidades sem fins lucrativos representam as famílias, ao contrario dos empreendimentos produzidos com o dinheiro do FAR que são guiados pelas construtoras e empreiteiras sem que a família participe do processo de produção da unidade. O MCMV-E inclui as famílias nas etapas do projeto da gestão e fiscalização da produção das unidades habitacionais, enquadrando-se na chamada Produção Social da Moradia (Balbim e Krause 2010).

Para as famílias se beneficiarem elas terão que se inscrever na prefeitura da cidade ou numa entidade organizadora para iniciar o processo de seleção, no caso de sua renda for igual ou inferior a R\$1600. Se tiver entre R\$1600 e R\$5000 elas podem fazer isto de forma individual, realizando uma simulação do quanto será necessário investir. A Caixa avalia o cadastro e seleciona as famílias escolhidas que deverão cumprir com algumas regras tais como: a prestação não ser maior que 30% da renda, o imóvel ser usado para moradia e comprovar renda mensal bruta inferior a R\$5000.

Apesar disso, na parte das obras do programa, alguns casos de irregularidades operacionais foram apresentadas e expostas na mídia, saindo em jornais e canais de notícia. Em alguns complexos de moradias, milicianos e até bandidos haviam expulsados os moradores contemplados e passado a usar o condomínio como quartel general de crimes, inclusive agindo como corretores alugando e vendendo os imóveis.

Para entendermos o que leva o município a receber um empreendimento de unidade habitacional de interesse social, é preciso levar em conta vários fatores que também influenciam o PMCMV, como por exemplo, o déficit habitacional. A Política habitacional se tornou política pública depois que a lei 11.124/05 criou o Sistema e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS e FNHIS).

O SNHIS tem como objetivo viabilizar para a população de menor renda e acesso a terra urbanizada e a habitação digna e sustentável, implementar políticas de investimento e subsídio viabilizando acesso à habitação para a população de baixa renda, e acompanhar, articular atuações dos órgãos que desempenham função no setor habitacional. O FNHIS é um fundo com dotação orçamentaria própria destinado a financiar política de habitação de interesse social com recursos aplicados de forma descentralizada por intermédio dos estados e municípios que devem firmar o termo de adesão e elaborar relatórios de gestão. Além disso, deve apresentar o PlanHab (Plano Nacional de Habitação).

O PlanHab deve pensar em uma estratégia e definir um plano de ação em torno do modelo de financiamento de investimento e subsídio, da política urbana e fundiária e na cadeia produtiva da construção civil de habitações para solucionar a questão do déficit habitacional no horizonte de tempo estabelecido. Cada ente da federação possui um importante papel no PlanHab.

A União institui diretrizes para o desenvolvimento urbano e habitacional, promove demarcação de terras em seu próprio território, coordena por meio dos Ministérios das Cidades ações do SNHIS, estabelece prioridades, estratégias e instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação de Interesse Social e dos Programas de Habitação de Interesse Social

Os Estados articulam ação do setor habitacional em seu território, promovem a integração dos planos habitacionais dos municípios aos planos de desenvolvimento regional e promovem a demarcação de terras e os programas de construção e melhorias das condições habitacionais.

Os Municípios elaboram e definem um plano municipal de habitação, executam ações relacionadas ao parcelamento, uso e ocupação do solo em seu território, promovem a demarcação de terras de seu próprio domínio, programas de construção e melhorias das condições habitacionais e licenciamento urbanístico e ambiental, admitem regularização fundiária de interesse social em Áreas de Preservação Permanente.

## **1.2 Motivação**

O mercado de imóveis foi um dos principais canais para a crise de 2008 com um acúmulo de hipotecas em ativos tóxicos que foram incorporados pelo mercado, evidenciando a importância do setor na economia. Além disso, muitas pessoas hoje no Brasil não só são incapazes de realizar o sonho da casa própria, mas também vivem em condições insalubres ou em moradia precária.

Analisando os resultados do trabalho, será possível entender se a política de habitação pública está ajudando a dar casas dignas para pessoas que não possuem locais onde morar ou habitam lugares em condições precárias. Além disso, é interessante expor o problema do déficit habitacional, pois para se levar uma vida digna é necessário ter uma moradia dentro de um ambiente higiênico e com estrutura mínima de conforto que possa garantir para o indivíduo condições de descanso, facilidade e lazer.

Pelo fato do histórico recente de medidas públicas terem sido um tanto quanto questionáveis em termos de eficácia, e por todo cenário de instabilidade política que se agrava cada vez mais enquanto o governo tenta desesperadamente aprovar um ajuste fiscal, resolvi analisar algumas variáveis que podem influenciar na escolha do local onde os empreendimentos são construídos.

Além disso, por acompanhar bastante horário político desde criança e ser muito ligado em política contribuiu muito para minha ideia de realizar um estudo nessa área. O PMCMV, apesar de algumas irregularidades, sempre foi um dos carros chefes na propaganda eleitoral do governo, muito em função do seu sucesso ao analisar friamente os números.

## **2 Revisão da Literatura**

O artigo “Minha Casa Minha Vida, Nosso Crescimento: Onde fica a política habitacional?”, (Lima Neto, Krause e Balbin 2013) abordam uma discussão mais profunda sobre o PMCMV, como o que motivou sua criação e suas reais intenções e objetivos. Para tais conclusões, os autores partem da hipótese da existência de um ideal hierárquico do planejamento das ações públicas, seguindo um padrão que vai do mais geral ao mais específico.

No topo vem a Política Pública de Habitação, que define planos para esboçar e estruturar a política prevista. O PlanHab(Plano de habitação) é o responsável por elaborar programas sobre a questão habitacional, o PMCMV é um, PAC(Programa de aceleração do crescimento) é outro. O PMCMV trata de projetos específicos, como a produção de moradia em larga escala, atacando o déficit acumulado e a demanda futura por moradias.

Os autores buscam entender a geografia e a distribuição do PMCMV, sendo esse um programa movido por diversos interesses, além do que esta associada ao produto que o programa entrega. Defende-se aqui que o combate ao déficit e a política habitacional não são os enfoques principais ao observar a geografia dos empreendimentos e a relação dos agentes público e privado envolvido no processo.

Algo além do déficit habitacional estaria motivando os empreendimentos do MCMV. O argumento utilizado é que a provisão de unidades habitacionais do MCMV para as pessoas na faixa de renda de R\$1.600 a R\$5.400 é maior que o quantitativo de déficit habitacional considerando famílias de 3 a 10 salários mínimos em áreas urbanas.

Portanto o MCMV estaria atendendo a demanda habitacional e não ao déficit habitacional. Como déficit habitacional entende-se a noção mais imediata e intuitiva de necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento (FJP, 2011). A demanda habitacional expressa o desejo por moradia realizado ou pretendido. Isto é, existem famílias que fazem parte de uma efetiva demanda por moradia sem o enfoque social, pois podem acessar moradia no mercado convencional por conta própria ou financiamento.

Outro artigo que agrega na discussão é o “Para Além do Minha Casa Minha Vida: Uma Política de Habitação de Interesse Social?” (Lima Neto, Krause e Balbin 2015) os autores criticam o status de política habitacional do programa MCMV no sentido de sua ineficiência ao atender de forma desigual os componentes considerados no cálculo do déficit habitacional, além de sua estrutura que impede o surgimento de programas alternativos de provisão de HIS (habitação de interesse social), forçando famílias à margem da política a recorrer à coabitação e ônus de aluguel para resolver suas necessidades de moradia, aumentando o déficit nesses lugares pois estes fatores entram na conta. Os componentes do déficit habitacional serão explicados no próximo capítulo.

É considerado dois tipos de necessidades habitacionais. A primeira é o próprio déficit habitacional, que corresponde à necessidade de reposição total de unidades precárias e ao atendimento à demanda não atendida nas condições dadas pelo mercado.

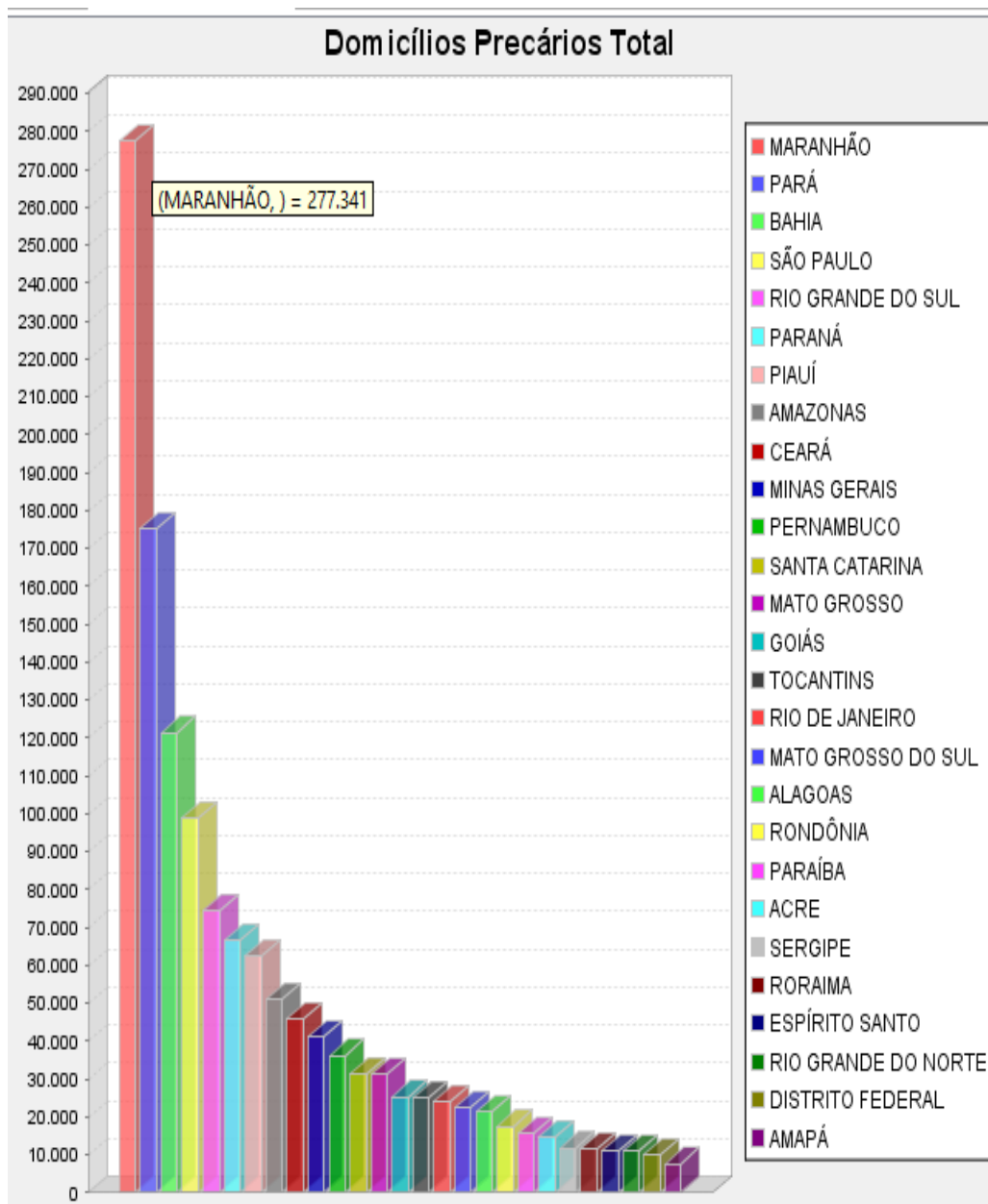


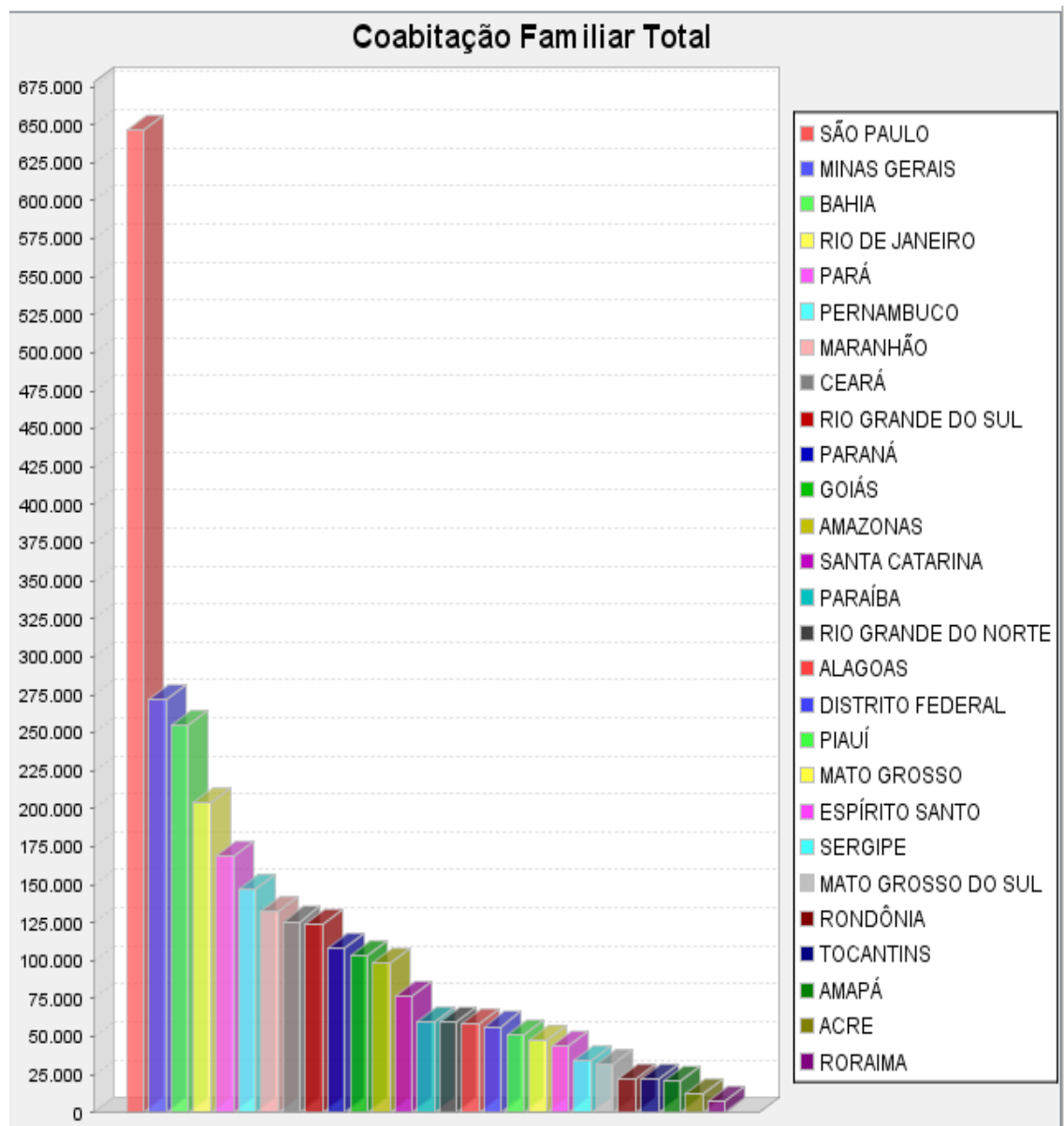
A segunda necessidade trata-se da inadequação das unidades, que preza pela necessidade de melhorias destas com determinados tipos de precarização.

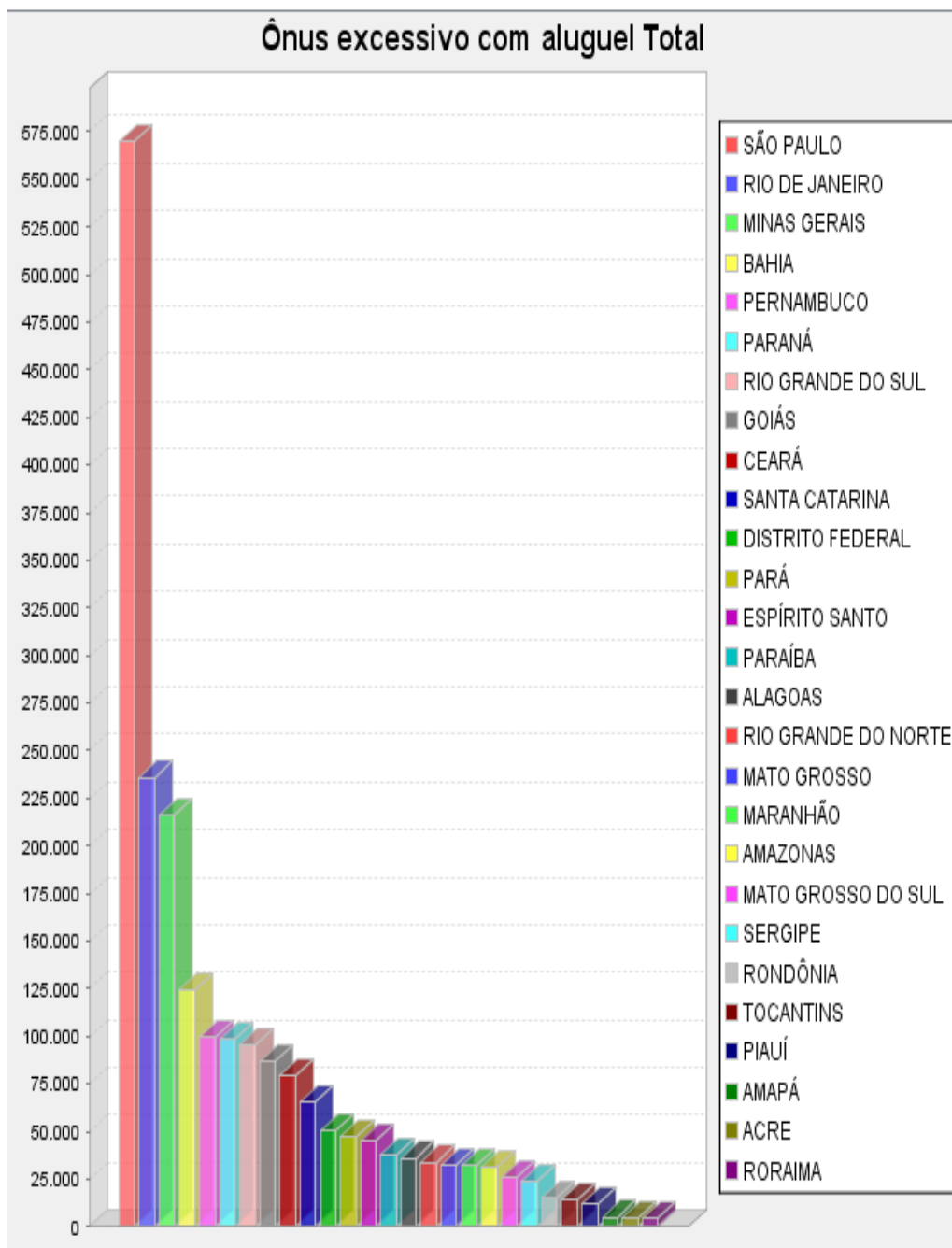
### **3 Base de Dados**

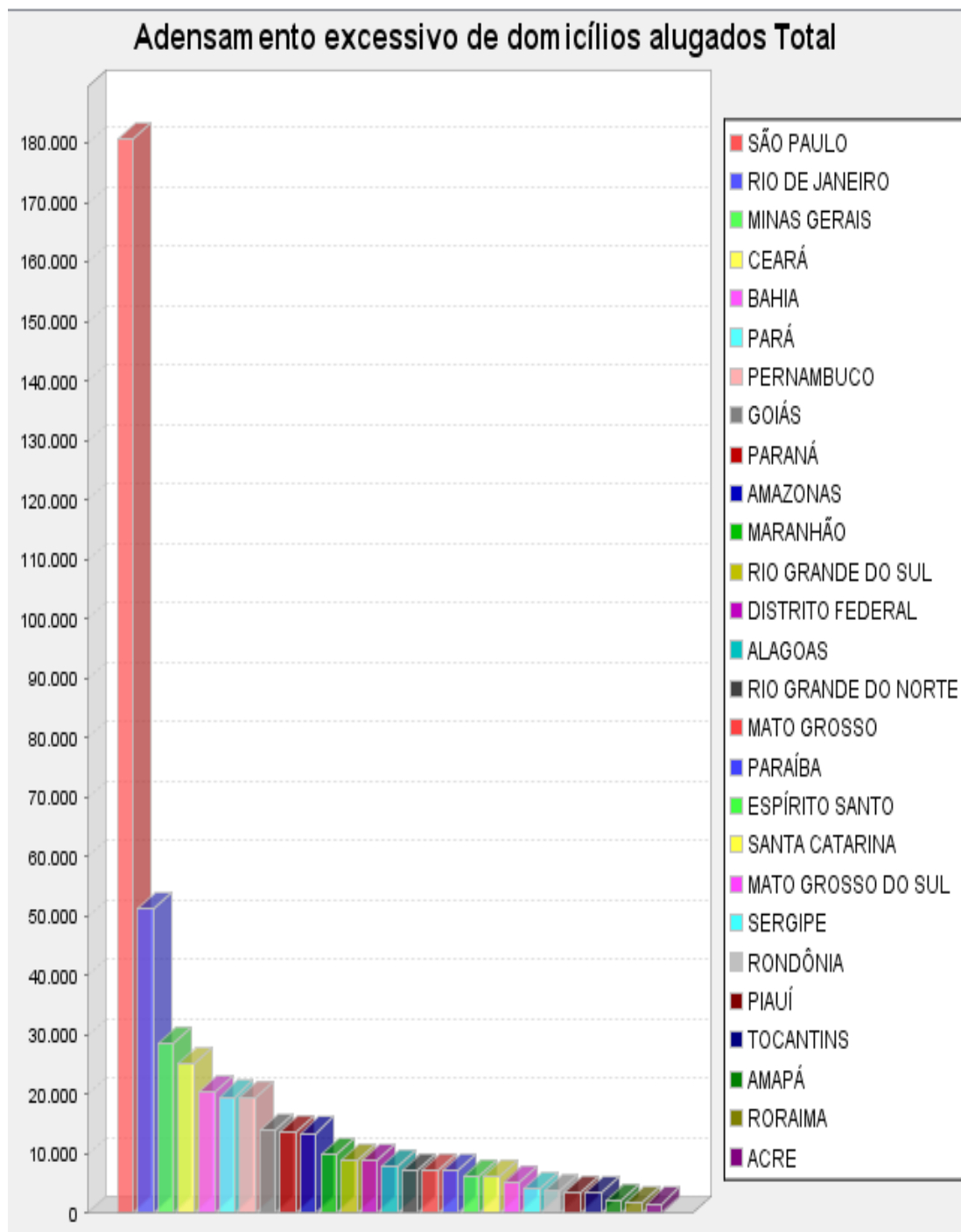
A fonte dos dados do é a Fundação João Pinheiro apresentando o déficit habitacional de 2010 por cada um de seus componentes para regiões, estados e municípios do Brasil. Há quatro categorias de déficit habitacional: domicílios precários (rústicos ou improvisados), situação de coabitação familiar (famílias conviventes em cômodos), domicílios cujo valor do aluguel é superior a 30% da renda domiciliar total e domicílios alugados com mais de três habitantes utilizando o mesmo cômodo (adensamento excessivo).

Podemos observar no gráfico abaixo que o Maranhão é o estado que mais possui domicílios precários no Brasil com 277.341 unidades e o que menos possui é o Amapá com 7.662 unidades. Já para o componente de coabitação familiar, o estado que fica no primeiro lugar é São Paulo com 646.219 e o com menor quantidade é Roraima com 7.837 unidades. Para o Ônus excessivo com aluguel o resultado foi o mesmo, o estado com maior quantidade em todo o país foi São Paulo com 569.802 e com menor foi Roraima com 4.124. E por fim, para o adensamento excessivo de domicílios alugados o primeiro da lista é novamente São Paulo com 180.616 e em último é o Acre com 1.622.









**Tabela I – Componentes do déficit habitacional por estado no Brasil.**

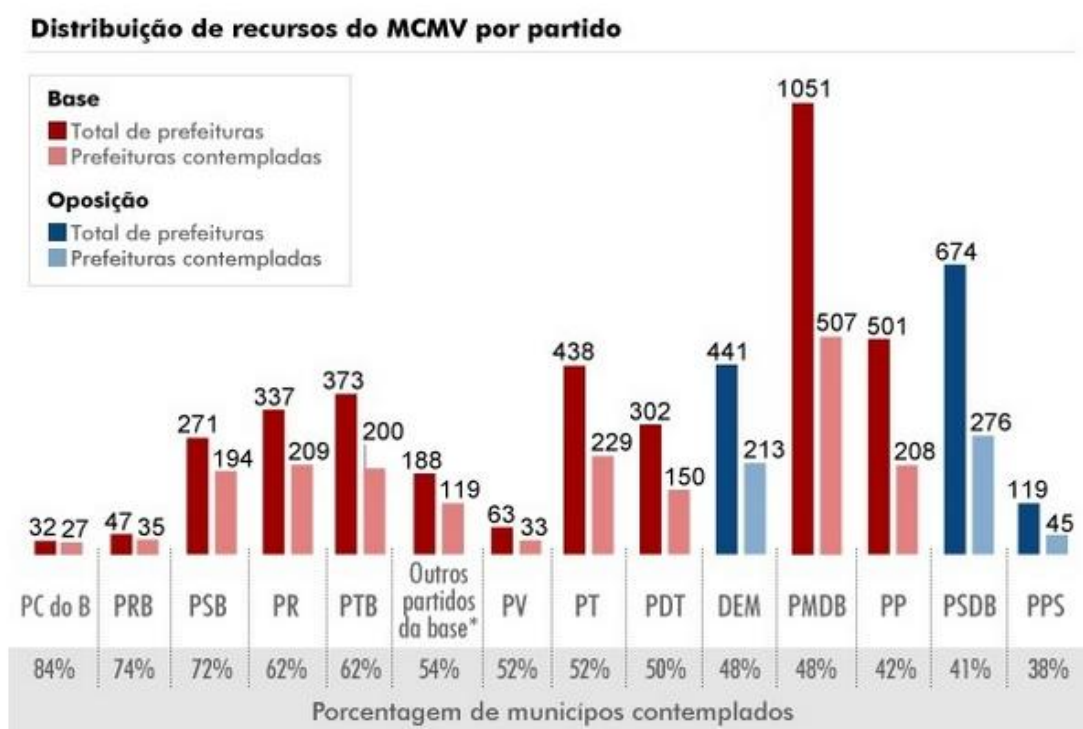
Unidade Territorial	Domicílios Precários Total	Coabitação Familiar Total	Ônus excessivo com aluguel Total	Adensamento excessivo de domicílios alugados Total
ACRE	14.900	12.740	4.792	1.622
ALAGOAS	21.238	58.804	36.040	7.980
AMAPÁ	7.662	20.396	5.124	2.236
AMAZONAS	51.082	98.252	31.102	13.474
BAHIA	121.417	254.947	124.687	20.323
CEARÁ	46.028	125.745	79.478	25.033
DISTRITO FEDERAL	10.013	56.715	50.659	8.782
ESPÍRITO SANTO	11.031	43.568	45.515	6.333
GOIÁS	25.337	103.385	86.912	13.854
MARANHÃO	277.341	132.616	31.899	9.859
MATO GROSSO	31.215	48.031	32.309	7.334
MATO GROSSO DO SUL	22.549	32.125	26.027	5.308
MINAS GERAIS	41.075	271.652	215.986	28.658
PARÁ	175.206	168.813	47.198	19.582
PARAÍBA	15.535	59.983	37.991	7.232
PARANÁ	66.677	108.583	98.470	13.736
PERNAMBUCO	36.254	147.365	99.235	19.523
PIAUÍ	62.456	51.033	11.960	3.590
RIO DE JANEIRO	24.227	203.757	235.961	51.122
RIO GRANDE DO NORTE	10.900	59.296	34.002	7.340
RIO GRANDE DO SUL	74.613	124.235	95.777	8.895
RONDÔNIA	17.543	22.362	15.138	3.716
RORAIMA	11.581	7.837	4.124	1.696
SANTA CATARINA	31.532	76.458	65.551	6.222
SÃO PAULO	98.905	646.219	569.802	180.616
SERGIPE	11.832	34.195	24.250	4.111
TOCANTINS	25.287	22.200	14.416	3.360

Além dos dados do déficit habitacional, elaborei uma planilha com todos os municípios da região Sul com o partido dos prefeitos dos municípios verificando se é da

base do governo ou não, se o município recebeu ou não o MCMV, além da renda per capita e IDH dos municípios.

Entre os partidos da oposição, o DEM foi o maior contemplado. A legenda governa 441 prefeituras de municípios com menos de 50.000 habitantes e teve 213 atendidas pelo programa, ou 48%. O PSDB recebeu investimentos em apenas 41%(276) do total de 674 municípios pequenos onde é governo. O PPS recebeu menos ainda. Das 119 cidades que governa, 45(38%) receberam casas do programa federal.

Na base aliada, dos maiores partidos e aqueles com assento no primeiro escalão, o PCdoB foi o que mais se beneficiou. O partido é governo em 32 cidades de todo o país com menos de 50 mil habitantes, 27(84%) vão receber imóveis do PMCMV. O PSB teve 71% das cidades que governa atendida pelo programa, foram 194 municípios dos 271 que manda. O PT da presidente Dilma, terá o PCMCV em 229 das 448 cidades governadas, ou em 52% delas. O PMDB, partido com maiores prefeituras no país teve 48% dos municípios contemplados.





#### **4 Estratégia Empírica**

Para entender a influência do déficit habitacional sobre a realização ou não de projetos de unidades habitacionais nos municípios da região Sul. Vou utilizar modelos econométricos, em especial o Modelo de Probabilidade Linear, de estimação de Mínimos Quadrados Ordinários com o município recebendo ou não o MCMV como variável dependente de diversos fatores, como déficit habitacional, partido dos prefeitos, renda per capita e IDH dos municípios.

Incluindo todas as variáveis explicativas no modelo teremos uma regressão semelhante à seguinte:

$$P(Y = 1 | x) = \beta_0 + \sum_k X_k \beta_k + u$$

Onde:

*-Y representa a variável dependente que assume valor igual a 1 se o município recebe o MCMV ou igual a 0 se não recebe.*

*-X1 representa o log do déficit habitacional dos municípios da região Sul*

*-X2 é uma variável dummie que é igual a 1 se o prefeito do município pertence a base do governo e igual a 0 se for da oposição.*

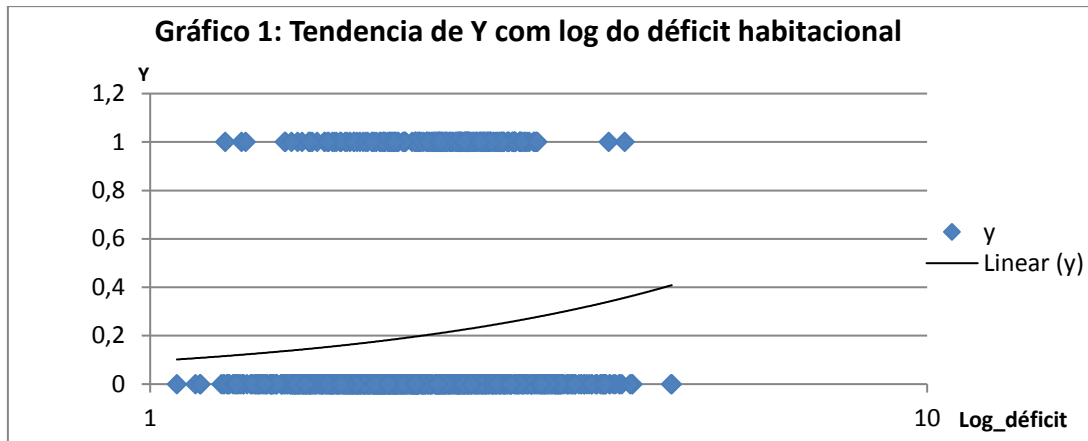
*-X3 representa o log da renda per capita dos municípios da região Sul*

*-X4 representa o log do IDH dos municípios da região Sul*

*-u seria o erro*

O erro pode ser interpretado como a qualidade dos prefeitos e de sua equipe, algo que têm impacto sobre Y, mas não pode ser observado. Vamos supor que o erro não tem qualquer relação com as outras variáveis do modelo,  $E(u/X_1, X_2, \dots, X_k) = 0$

Parece haver uma correlação positiva entre o log do déficit habitacional e a variável dependente do modelo. Utilizarei o Gretl para rodar uma regressão acrescentando uma variável por vez. Assim poderemos analisar as variações dos coeficientes da regressão.



## **5 Resultados**

### **5.1 Resultados Esperados**

Se o PMCMV respeita o ideal hierárquico (Lima Neto, Krause e Balbin 2013) e age de forma alinhada com o que é previsto no PlanHab e no Sistema Nacional de Interesse Social, então devemos esperar um coeficiente positivo e estaticamente significativo para a variável explicativa do déficit habitacional sobre a probabilidade dos municípios da região Sul em receber uma unidade habitacional do programa

Para indivíduos pertencentes ao grupo denominado de faixa I pelo programa (renda familiar de até R\$1600) espera-se que o coeficiente do déficit na regressão seja maior do que para as outras faixas, pois estas famílias são excluídas do mercado imobiliário e entram na conta do déficit habitacional pois não possuem condição de pagar o preço de mercado dos imóveis. Ao passo que famílias de outras modalidades podem ser contempladas por outras vertentes do programa, como reurbanização e recuperação de moradias já existentes. Este trabalho é feito em conjunto com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Além disso, seria bom verificar coeficientes insignificativos para a dummie de base do governo. Ou seja, seria coerente pensar que um programa que se preze esteja livre de influências políticas, contemplando municípios de forma privilegiada ou mais intensa somente pelo fato do prefeito pertencer a um partido da base do governo.

Para as variáveis de renda per capita e IDH dos municípios espera-se um coeficiente negativo para a probabilidade do município receber ou não o empreendimento, pois seria razoável presumir que quanto menor o IDH e menor a renda per capita, maior a probabilidade de receber unidades habitacionais. Lembrando que, em tese, o MCMV foi criado para o combate ao déficit habitacional e isso inclui dar condições para as pessoas excluídas do mercado, ou seja, as de menor renda.

## 5.2 Resultados Obtidos e Interpretação

A Primeira regressão será somente incluindo o log do déficit.

$$Y = \beta_0 + \beta_1 * l_{déficit} + u$$

Arquivo Editar Testes Salvar Gráficos Análise LaTeX

Modelo 3: MQO, usando as observações 1-1183  
Variável dependente: y

	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor
const	0,00965467	0,0463823	0,2082	0,8351
l_deficit	0,0369354	0,00854580	4,322	1,68e-05 ***

Média var. dependente	0,203719	D.P. var. dependente	0,402933
Soma resid. quadrados	188,9155	E.P. da regressão	0,399953
R-quadrado	0,015571	R-quadrado ajustado	0,014737
F(1, 1181)	18,68019	P-valor(F)	0,000017
Log da verossimilhança	-593,4922	Critério de Akaike	1190,984
Critério de Schwarz	1201,136	Critério Hannan-Quinn	1194,811

O coeficiente é positivo e estatisticamente significativo. Ao aumentarmos o déficit habitacional em uma unidade, aumentamos a probabilidade de o município receber o MCMV em 3,69%.

Para a segunda regressão será acrescentada a dummie para base do governo, assim teremos:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 * l_{déficit} + \beta_2 * Base + u$$

Arquivo Editar Testes Salvar Gráficos Análise LaTeX				
Modelo 4: MQO, usando as observações 1-1183 (n = 1182)				
Observações ausentes ou incompletas foram ignoradas: 1				
Variável dependente: y				
	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor
-----	-----	-----	-----	-----
const	0,00518367	0,0478042	0,1084	0,9137
l_deficit	0,0373873	0,00856918	4,363	1,40e-05 ***
base	0,00497789	0,0233076	0,2136	0,8309
Média var. dependente	0,203892	D.P. var. dependente	0,403060	
Soma resid. quadrados	188,8069	E.P. da regressão	0,400177	
R-quadrado	0,015924	R-quadrado ajustado	0,014254	
F(2, 1179)	9,539000	P-valor(F)	0,000078	
Log da verossimilhança	-593,1505	Critério de Akaike	1192,301	
Critério de Schwarz	1207,526	Critério Hannan-Quinn	1198,040	

A variável de fator político acrescentada no modelo não é estatisticamente significativa, o que também é uma boa notícia, pois o partido do prefeito parece não ter influência na decisão sobre qual município deve receber empreendimentos de UH's. O aumento de uma unidade do déficit habitacional aumenta a probabilidade do município em receber o programa em 3,73%.

Agora, vamos adicionar a renda per capita e o IDH dos municípios na regressão:

$$Y = \beta_0 + \beta_1 * l_{déficit} + \beta_2 * Base + \beta_3 * Renda.pc + \beta_4 * IDH + u$$

Arquivo Editar Testes Salvar Gráficos Análise LaTeX				
Modelo 3: MQO, usando as observações 1-1183 (n = 1182)				
Observações ausentes ou incompletas foram ignoradas: 1				
Variável dependente: y				
	coeficiente	erro padrão	razão-t	p-valor
-----	-----	-----	-----	-----
const	0,138251	0,271902	0,5085	0,6112
l_deficit	0,0374021	0,00857615	4,361	1,41e-05 ***
base	0,00457270	0,0233413	0,1959	0,8447
l_renda	-0,0251658	0,0429309	-0,5862	0,5579
l_idh	-0,0116382	0,236657	-0,04918	0,9608
Média var. dependente	0,203892	D.P. var. dependente	0,403060	
Soma resid. quadrados	188,7269	E.P. da regressão	0,400432	
R-quadrado	0,016341	R-quadrado ajustado	0,012998	
F(4, 1177)	4,888188	P-valor(F)	0,000653	
Log da verossimilhança	-592,9000	Critério de Akaike	1195,800	
Critério de Schwarz	1221,175	Critério Hannan-Quinn	1205,366	
Excluindo a constante, a variável com maior p-valor foi 13 (l_idh)				

Novamente a única variável estatisticamente significativa foi o log do déficit habitacional. Com o modelo completo, o aumento de uma unidade de déficit habitacional aumenta a probabilidade de o município receber o programa em 3,74%.

## **6 Conclusão**

Em suma, vimos que, para municípios da região Sul, o fato do mesmo ter uma prefeitura da base do governo não tem qualquer influencia, ou uma influencia desprezível na hora de estabelecer quais devem ser priorizados para receber o MCMV.

Além disso, o déficit habitacional é o principal propulsor dos empreendimentos do MCMV nos municípios da região Sul, mesmo que de forma superficial, já que o déficit é uma variável complexa que possui sub categorias e especificidades pelas distintas regiões do Brasil (Lima Neto, Krause e Balbin 2013). A variação de seu coeficiente, isto é, sua influencia na probabilidade do município receber ou não é muito pequena com a inclusão das outras variáveis. Isso ocorre porque todas as outras tiveram efeitos pequenos ou não consideráveis para a probabilidade.

Apesar dos resultados positivos, o modelo usado foi bastante simples e deixou-se de considerar alguns fatos não observáveis importantes como a qualidade dos prefeitos e seu staff na realização de projetos, por exemplo. Por um lado, o déficit habitacional, em média, tem influencia na probabilidade dos projetos alavancarem, mas muitos municípios com alto nível de déficit habitacional não receberam empreendimentos.

Este tema tem que ser tratado com muito cuidado, pois envolve problemas mais profundos e estruturais em sua análise. O MCMV minha vida se provou livre de influencias políticas e determinantes no combate ao déficit habitacional na região Sul.

## **7 Referências Bibliográficas**

- BALBIM, R.; KRAUSE, C.; NETO, V. “Para além do Minha Casa Minha Vida: Uma política de habitação de interesse social?” -

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2116.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2116.pdf)

- BALBIM, R.; KRAUSE, C.; NETO, V. “Minha Casa Minha Vida, Nosso Crescimento: Onde fica a política habitacional?”

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1853.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1853.pdf)

-Plano Nacional de Habitação (planHab)

[http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id\\_submenu/230/publicacao\\_planhab\\_capa.pdf](http://www.sst.sc.gov.br/arquivos/id_submenu/230/publicacao_planhab_capa.pdf)

-Necessidades Habitacionais(IPPUR/UFRJ)

[http://www.observatoriodasmetroles.ufrj.br/download/nec\\_hab.pdf](http://www.observatoriodasmetroles.ufrj.br/download/nec_hab.pdf)



## **8 Fontes**

- Fundação João Pinheiro  
<http://www.fjp.mg.gov.br/>

- JusBrasil  
<http://felipemagalhaess.jusbrasil.com.br/noticias/115240514/bandidos-expulsam-beneficiados-do-minha-casa-minha-vida-de-imoveis>

- UOL Noticias, partido dos prefeitos  
<http://eleicoes.uol.com.br/2012/noticias/2012/04/23/partidos-da-base-foram-os-mais-contemplados-com-programa-minha-casa-minha-vida.htm>

- IPEA  
<http://www.ipeadata.gov.br/>